

TIPOLOGIA DA DIGNIDADE MENSTRUÇÃO: reflexões preliminares

Ana Clara Araújo Santos IC, Daniele Lopes Alves IC, Luiza Helena Barreira Machado PQ

PIBIC-EM

IFG/Campus Luziânia

luiza.machado@ifg.edu.br

Palavras Chaves: Dignidade menstrual, relações de gênero e segregação socioespacial, liberdade menstrual.

Introdução

O projeto investiu na leitura do corpo como um território e para tanto no entendimento da relação entre menstruação e espaço público e privado com a evasão escolar. O objetivo central foi contribuir com a introdução deste debate dentro do Instituto Federal de Goiás IFG). A metodologia adotada no projeto baseou-se na pesquisa participante cuja uma das principais características é a busca do envolvimento de pessoas na análise de sua própria realidade. Neste sentido, o projeto investiu na qualificação de recursos humanos baseado em revisão bibliográfica de forma que as 2 (duas) estudantes envolvidas no projeto tivessem condições de desenvolver uma leitura crítica da problemática em tela. Deste modo a Bolsista PIBIC/EM CNPq e uma segunda aluna que participou do projeto de forma voluntária realizaram durante o período (2021-2022) uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema. O principal resultado é trazer essa discussão para dentro do Campus do IFG de Luziânia, com a expectativa de transformar o tema numa preocupação/agenda do IFG de modo geral.

Metodologia

A metodologia apresentada no projeto original foi adaptada em virtude tanto da pandemia do Covid-19, quanto dos afastamentos médicos da docente responsável pela orientação e execução do projeto. Conforme alhures, o novo referencial metodológico adotado migrou para pesquisa participante e criação da tipologia de chaves de análises norteadoras do debate sobre dignidade menstrual. Tal mudança também resultou na mudança do título do relatório em relação ao título do projeto.

Resultados e Discussão

Na revisão bibliográfica verificamos dois novos instrumentos que contribuem com o amadurecimento da abordagem sobre dignidade menstrual. O 1º refere-se à Lei 14.214 de 2021 Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; O 2º diz respeito a publicação do relatório "Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos durante o dia Internacional da Dignidade Menstrual, celebrado no dia 28 de maio de 2022. A publicação é assinada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ainda de acordo com o relatório a pobreza menstrual pode ser fatores de estigma e discriminação, levando muitas vezes à evasão escolar. "Muitas meninas ainda sofrem com estigmas relacionados à menstruação, o que tem grande impacto em sua autoestima para toda a vida. Além disso, traz consequências para a socialização com sua família e seus pares, muitas vezes refletindo, inclusive, na vida escolar, especialmente entre adolescentes, levando até

ao abandono dos estudos. Por isso, é essencial que tenham acesso a informações corretas sobre o tema, além de condições dignas de higiene é preciso conduzir a discussão de forma aberta na sociedade para impulsionar melhorias. Do ponto de vista amostral a pesquisa da ONU/UNICEF utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), abrangendo um total de 15,5 milhões de meninas brasileiras. A pesquisa foi conduzida pela pesquisadora Carolina Costa Moraes, que na condução do estudo deu ênfase a questão da qualidade e acesso à água, ao saneamento e à higiene (conhecido como Wash, na sigla em inglês), itens que segundo ela são fundamentais para garantir os direitos durante o período menstrual.

Conclusões

"A menstruação é uma condição perfeitamente natural que deve ser mais seriamente encarada pelo poder público e as políticas de saúde. Quando não permitimos que uma menina possa passar por esse período de forma adequada, estamos violando sua dignidade. É urgente discutir meios de garantir a saúde menstrual, com a construção de políticas públicas eficazes, com a distribuição gratuita de absorventes, com uma educação abrangente para que as meninas também conheçam seu corpo e o que acontece com ele durante o ciclo menstrual. É o básico a ser feito para que ninguém fique para trás", observa a representante do Fundo de População da ONU no Brasil"

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPQ pela concessão da bolsa que permitiu a execução deste projeto.

Referências

- ASSAD**, Beatriz Flügel. Políticas Públicas acerca da Pobreza Menstrual e sua Contribuição para o Combate à Desigualdade de Gênero. Revista Antinomias, v. 2, n. 1, jan./jun., 2021.
- BAHIA**, Letícia. Livre para menstruar, 2021. Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação das meninas. Disponível em <https://livreparamenstruar.org/>. Acesso em 02 de dezembro de 2021
- BRASIL**. LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-386717587> Proposicao=2238110 - Acesso em 12 de outubro de 2021.
- HOOKS**, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrematadoras. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS**. UNICEF / UNFPA, 2021. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicefunfpa_mai2021.pdf. - Acesso em 4 outubro 2022.